

A SUPERIORIDADE DA ALIANÇA DA GRAÇA NA PERSPECTIVA DA TEOLOGIA CRISTÃ

Dulce Mary Amaral de Carvalho¹

RESUMO

Esse artigo objetiva demonstrar a superioridade da Aliança da Graça do Novo Testamento sobre a Aliança das Obras do Antigo Testamento, porque considera a graça de Deus um dos temas relevantes, na área da Teologia Sistemática, que aborda o relacionamento entre Deus e a humanidade Deus criou o homem à sua imagem e semelhança, porém o pecado corrompeu essa imagem, Ele então graciosamente providenciou uma restauração por meio de alianças. As alianças do Antigo Testamento foram descumpridas pelo homem, portanto Deus estabeleceu uma nova e eterna aliança, baseada inteiramente na sua graça, cumprida no Novo Testamento, através de Jesus Cristo; o redentor e único mediador; que liberou o Espírito Santo para habitar nos homens, capacitando-os a cumprirem as condições da aliança da graça, utilizando como meios da graça a Palavra e os sacramentos, para assim obterem os benefícios nela estabelecidos. De forma comparativa, através de pesquisa bibliográfica, apresenta a defesa da superioridade da aliança da graça, baseada na promessa da glorificação do homem, que terá uma nova imagem, aperfeiçoada e eterna, semelhante à Cristo.

Palavras-chave: Deus. Homem. Imagem. Aliança. Graça.

ABSTRACT

Whereas the grace of God one of the important topics in the area of Systematic Theology, which addresses the relationship between God and humanity, this article aims to demonstrate a comparative way, through a literature review, the superiority of the Covenant of Grace in the New Testament about the Alliance Works of the Old Testament. God created man in His image and likeness, but sin has corrupted this image, He then graciously provided a restore through alliances. The Old Testament covenants were not complied with by man, so God established a new and eternal covenant, based entirely on His grace, fulfilled in the New Testament, through Jesus Christ, the only mediator and redeemer, who released the Holy Spirit to dwell in men enabling them to fulfill the conditions of the covenant of grace, using the means of grace as the Word and the sacraments, thereby achieving the benefits set out herein. It displays the defense of the superiority of the covenant of grace, based on the promise of glorification of man, which will have a new image, perfected and eternal, Christ-like.

Key-words: God. Man. Image. Covenant. Grace.

¹ A autora é graduada em Ciências Contábeis e Teologia; especialista em Teologia Sistemática e especializanda em Docência do Ensino Superior pela Faculdade da Igreja Ministério Fama (FAIFA). É também professora de Teologia no Instituto Teológico Quadrangular (ITQ-GO). E-mail: pastoradulce-mary@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva demonstrar a superioridade da aliança da graça na perspectiva da Teologia Cristã, abordando o poder da graça de Deus para com a humanidade. As Escrituras Sagradas revelam que Deus criou o homem à sua imagem e semelhança e desde o princípio existe uma relação de pacto entre eles. Deus estabeleceu várias alianças com os homens, dentre elas a aliança das obras, firmada com condições e promessas, baseada em obediência para herdar as bênçãos prometidas. Portanto, o homem foi incapaz de cumprir as exigências dessa aliança, distorcendo a imagem de Deus em si. Então Deus, graciosamente, estabeleceu uma nova e superior aliança, a aliança da graça. Mas quais foram os motivos que impediram o homem de cumprir sua parte na aliança das obras? Quais as diferenças entre a aliança das obras e a aliança da graça? Sob quais fundamentos considera-se a aliança da graça superior a aliança das obras?

Quando se estabelece uma aliança, considera-se a imutabilidade e inviolabilidade da mesma. O homem quebrou sua parte no acordo na aliança das obras devido suas limitações, então Deus voluntariamente providenciou uma nova aliança baseada inteiramente na sua graça. Por meio de Cristo, o filho de Deus, através de sua morte na cruz do calvário, derramou seu sangue, expiando plenamente os pecados da humanidade. Após sua ressurreição, enviou o Espírito Santo para habitar dentro do homem, capacitando-o pelo seu poder, cumprir as condições na nova aliança. Trata-se da aliança da graça, que proporciona a comunhão eterna com Deus e o seu povo (GRUDEM, 1999, p. 429).

Apresentaremos a aliança das obras e a aliança da graça, e, mediante uma comparação entre elas, demonstraremos as deficiências do homem na aliança das obras e as consequências da ruptura dessa aliança. Explicaremos que é possível para o homem fazer parte e permanecer na aliança da graça, bem como os benefícios que ela oferece e resultados dessa nova aliança (BERKHOF, 1992, p. 273).

Nos resultados deste estudo, o homem entenderá a grandeza e a superioridade da aliança da graça, sendo eterna e inteiramente baseada no favor imerecido de Deus para com os que ele redime, segundo as Sagradas Escrituras.

Será utilizado neste artigo o método comparativo, através de uma pesquisa bibliográfica, em específico na área da Teologia Sistemática, abordando a doutrina do homem com relação a Deus, especificando a aliança das obras e a aliança da graça.

2 A IMAGEM DE DEUS NA CRIAÇÃO DO HOMEM

Dentre todas as criaturas de Deus, somente o homem foi criado à sua imagem, significando que ele é semelhante a Deus e o representa (GRUDEM, 1999, p. 364, 365). As Escrituras afirmam que o homem foi criado à imagem de Deus e a literatura pagã apresenta traços dessa verdade, conforme assinala o apóstolo Paulo aos atenienses em Atos 17.28. Historicamente, alguns pais da igreja entendiam a imagem de Deus como características racionais e morais do homem além da capacidade para a santidade. Outros incluíam as características corporais, ideia rejeitada por Clemente de Alexandria e Orígenes, que distinguiram “imagem” como características do homem e “semelhança” como qualidades não essenciais ao homem, podendo ser cultivadas ou perdidas (BERKHOF, 1992, p. 202).

Segundo os escolásticos, a “imagem” incluía razão e liberdade, e “semelhança” consistia da justiça original. Acrescentou-se outra distinção entre “imagem” como dom natural ao homem, e “semelhança” ou a justiça original, como um dom sobrenatural, que capacita o homem para a vida eterna e domínio sobre seres inferiores. Os reformadores desconsideravam a distinção entre imagem e semelhança, entendendo a justiça original incluída na imagem de Deus pertencente à própria natureza do homem (BERKHOF, 1992, p. 202).

No Antigo Testamento, o termo hebraico *tselem* refere-se basicamente a uma imagem ou modelo funcional e no Novo Testamento utilizam a palavra *eikon* que geralmente significa imagem, semelhança. Quanto à natureza específica da imagem de Deus, distingue entre “imagem natural” ou essencial de Deus no ser humano; como a espiritualidade que o diferencia dos animais e “imagem moral” ou incidental de Deus que existe no ser humano e o capacita a sentir o que é certo ou errado, seu intelecto e vontade (HORTON, 1996, p. 258-260).

A Palavra de Deus apresenta em I Coríntios 11.7, 15.49 bases nas quais o homem é um ser que leva e é a própria imagem de Deus, distinguindo-o como supremo sobre todas as criaturas, a cabeça e coroa de toda a criação. Essa imagem inclui justiça original (verdadeiro conhecimento, justiça e santidade), espiritualidade e imortalidade. Quanto à natureza racional e moral do homem considera-se que foi corrompida pelo pecado, mas ainda permanece no homem (BERKHOF, 1992, p. 204, 205).

2.1 CONCEPÇÕES: CALVINISTA, ARMINIANA E CATÓLICA ROMANA

Quanto à concepção calvinista sobre a imagem de Deus, Berkhof (1992, p. 203) pontua a seguinte consideração de Calvino: “E conquanto a sede primária da imagem divina estivesse na mente e no coração, ou na alma e suas faculdades, não havia parte nenhuma, mesmo o corpo, em que não fulgissem alguns raios de glória”. Ele acreditava que a imagem consistia na integridade original da natureza do homem, perdida devido o pecado, porém revelada no verdadeiro conhecimento, justiça e santidade. Na opinião de Torrentino (1847, *apud* BERKHOF, 1992), a imagem de Deus consistia na espiritualidade e imortalidade, nas faculdades psíquicas (intelecto e vontade), no corpo com domínio sobre a criação inferior e sobre a terra. Para a teologia reformada, a imagem de Deus constitui a essência do homem, contudo distingue os elementos imperdíveis para o homem, que são as qualidades e poderes da alma humana sem deixar de ser homem, e elementos que o homem pode perder e continuar sendo homem, que são as boas qualidades éticas da alma e seus poderes. Nessa concepção, o mesmo identifica a imagem de Deus como justiça original, ou seja, a perfeição moral que podia e foi perdida com o pecado (BERKHOF, 1992, p. 206, 207).

Alguns arminianos mais antigos conceituam que a imagem de Deus consiste apenas em relação ao domínio do homem sobre a criação inferior. Defendiam também o caráter racional do homem com uma personalidade livre. Schleiermacher rejeita a idéia do homem criado em estado de justiça e santidade, tendo em vista acreditar que esse estado é um resultado de desenvolvimento do homem (BERKHOF, 1992, p. 203).

O discurso católico romano sustenta que Deus criou o homem dotado de dons naturais; espiritualidade, liberdade e imortalidade; constituindo a imagem essencial de Deus.

Consideram os poderes naturais ajustados, estabelecendo a justiça natural que é a harmonização desses poderes colocando os inferiores subordinados aos superiores. O homem permaneceu com a tendência natural inferior (apetites e paixões) de rebelar contra a autoridade superior (razão e consciência) chamada concupiscência. Para controlar a natureza inferior, Deus acrescenta dons sobrenaturais da justiça original, seja no tempo da criação ou posteriormente, como recompensa pelo uso adequado dos dons naturais. Tais dons sobrenaturais foram perdidos devido ao pecado, sem romper a natureza essencial do homem (BERKHOF, 1992, p. 208).

A condição original do homem como a imagem de Deus na concepção reformada considera que o homem foi criado relativamente perfeito, destinado a alcançar um grau mais elevado pela obediência. Criado em sua totalidade como um ser imortal, espiritualmente e fisicamente, sem as sementes da morte, nem teria necessariamente que morrer, enquanto não pecasse. Poderia ter vida, comunhão com Deus, e não morte, separação de Deus (BERKHOF, 1992, p. 209). Dentro do conceito arminiano, há um total descrédito quanto ao homem ter sido criado em estado primitivo de santidade, afirmam que foi criado num estado de inocência, com neutralidade moral e religiosa, além do livre arbítrio (BERKHOF, 1992, p. 210). A ideia dos católicos romanos quanto à condição original do homem como imagem de Deus é que ele foi originariamente constituído sem santidade positiva, sem pecado, num estado de perfeita inocência, mas com tendência ao pecado, na qual Deus acrescentou à constituição natural do homem o dom sobrenatural, habilitando-o a não se sujeitar as inclinações do mal, as paixões e desejos inferiores. O homem perdeu a justiça original, mas a constituição original da natureza humana permaneceu intacta (BERKHOF, 1992, p. 209, 210).

Sobre a queda, em que a imagem de Deus se distorce devido ao pecado, mas não se perde, afirma Wayne Grudem (1999, p. 365, 366):

“Todavia, como o homem pecou, ele sem dúvida não é tão semelhante a Deus como era antes. Sua pureza moral se perdeu, e seu caráter pecaminoso certamente não espelha a santidade de Deus. Seu intelecto está corrompido pela falsidade e pelo engano; suas palavras já não glorificam continuamente a Deus; seus relacionamentos muitas vezes são controlados pelo egoísmo, já não pelo amor, e assim por diante. Embora o homem ainda seja a imagem de Deus, em cada aspecto da vida alguns elementos dessa imagem foram distorcidos ou perdidos.”

Embora o homem ainda seja a imagem de Deus e o representa, essa imagem está distorcida, sendo menos plenamente como Deus, do que era antes do pecado (GRUDEM, 1999, p. 366).

QUADRO RESUMO CONCEPÇÃO SOBRE A IMAGEM DE DEUS NA CRIAÇÃO DO HOMEM

CALVINISTA	ARMINIANA	CATÓLICA
Justiça original (perfeição moral)	Apenas no domínio do homem sobre criação inferior	Justiça original foi acrescentada
Sede primária na alma, estendida pelo corpo	Racionalidade	Faculdades intelectuais da alma
Espiritualidade	Personalidade livre	Espiritualidade
Imortalidade	Justiça e santidade desenvolvidos	Imortalidade
Faculdades psíquicas (intelecto e vontade)	Neutralidade moral e religiosa	Faculdades psíquicas
Livre arbítrio	Livre arbítrio	Livre arbítrio
Revelada no real conhecimento, justiça e santidade	Sem estado de justiça e santidade	Dons sobrenaturais acrescentados
Criado relativamente perfeito	Criado em estado de inocência	Criado sem pecado, inocência perfeita
Sujeito a morte, se pecasse		Tendência a pecar
Perdida devido o pecado		Perda devido o pecado

Autoria: Dulce Mary Amaral de Carvalho

3 A PROVIDÊNCIA DIVINA

Deus é o poderoso criador que se envolve continuamente com toda a criação e a sustenta, preservando-a com suas propriedades originais, cooperando e dirigindo os atos das coisas criadas, como o sol, a chuva, e por fim, a orienta para cumprir seus propósitos. Deus faz todas as coisas que acontecem, porém combina seu controle providencial, com as decisões voluntárias e significativas do homem (GRUDEM, 1999, p. 247-250, 253).

A providência divina é clara nas Escrituras, em relação a Deus, homem e pecado, ela apresenta a história da humanidade num estado de pecado bem como o plano redentor e reconciliador de Deus. O pecado pode ser definido como a inconformidade do homem quanto à lei moral de Deus, em atos individuais, atitudes contrárias às exigências de Deus e em natureza moral. Em I João 3.4 registra que “o pecado é a transgressão da lei”. Paulo explica em Romanos 5.12 que toda a humanidade é considerada culpada por causa do pecado de Adão, ou seja, culpa herdada e como consequência desse pecado o homem passa a ter uma natureza pecaminosa, denominado de “pecado original”. Alguns teólogos evangélicos

discordam dessa afirmação, seguidos de não evangélicos, como os arminianos (GRUDEM, 1999, p. 403, 408).

Como resultado do pecado ocorreu a depravação total da natureza humana, isto é, o homem perdeu a perfeita comunhão com Deus, ficou condicionado a morte física e espiritual, passou a ter consciência da corrupção, e foi expulso do paraíso sendo-lhe vedada a árvore da vida (BERKHOF, 1992, p. 226, 227).

Devido o homem ter sido considerado legalmente culpado por Deus por causa do pecado de Adão, tornando-se totalmente incapaz de agradar o criador, de fazer qualquer bem espiritual e de se aproximar dele por suas forças, o próprio Deus proveu um meio de restaurar esse relacionamento através de acordos, pactos, alianças (GRUDEM, 1999, p. 408-410).

O termo “aliança” não é usado nos primeiros capítulos de Gênesis, porém os elementos de uma aliança estão indicados nas Escrituras (BERKHOF, 1992, p. 213). Apresenta as partes envolvidas, as provisões, as condições e as promessas. Dentre as alianças que Deus fez com os homens, temos no Antigo Testamento a Aliança das Obras (Adão no Éden), Noaica (Noé), Abraônica (Abraão), Mosaica (Moisés), Davídica (Davi) e no Novo Testamento a Aliança da Graça (GRUDEM, 1999, p. 430). Destacaremos neste artigo uma comparação da Aliança das obras com a Aliança da graça, demonstrando a superioridade da última.

3.1 ANTIGO TESTAMENTO: ALIANÇA DAS OBRAS

Desde o Éden, com Adão e Eva, existe no relacionamento entre Deus e o homem uma espécie de tratado, uma relação pactual. A definição de aliança conforme Grudem (1999, p. 425) é: “Uma aliança é um acordo imutável e divinamente imposto entre Deus e o homem, que estipula as condições do relacionamento entre as partes”. Tanto o Antigo Testamento quanto o Novo Testamento não utilizam o termo grego *syntheke* referindo-se a acordos, escolheram o vocábulo *diatheke*, uma palavra usada para referir-se a um testamento, enfatizando que apenas uma das partes estabelece as provisões da aliança. Destaca-se nas alianças a imutabilidade e o elemento essencial que é a promessa conforme Jeremias 31.33: “... serei o seu Deus, e eles serão o meu povo” (GRUDEM, 1999, p. 425).

A doutrina da aliança das obras preparou o caminho para a aliança da graça. A aliança das obras apresenta a disposição soberana de Deus imposta ao homem, menciona as duas partes: Deus e Adão; e estabelece uma condição com promessa de recompensa mediante obediência e penalidade pela transgressão. Existia uma relação natural entre Deus, o soberano absoluto, e o homem, Adão, uma criatura sem merecimento, debaixo da lei com obrigação de cumpri-la (BERKHOF, 1992, p. 215). Deus se revelou amoroso e amigo, preocupado com a felicidade do homem, estabeleceu uma relação pactual, um acordo legal com exigências e obrigações. A declaração bíblica “...porque, no dia em que dela comeres, certamente morrerás” (Gn 2.17) implica em uma promessa de vida eterna, ou seja, o homem ainda era limitado pela possibilidade de pecar contra Deus, passar do bem para o mal e se tornar sujeito ao poder da morte. Entende-se que essa promessa era a remoção das limitações que impediam o homem de alcançar a suprema perfeição. Paulo expressa que o mandamento era para a vida (Rm 7.10), o homem que praticar as obras, viverá por elas (BERKHOF, 1992, p. 216).

A aliança das obras era condicional a obediência implícita e perfeita, o homem estava proibido de comer da árvore do conhecimento do bem e do mal. Naturalmente o homem também estava sujeito à lei moral de Deus, escrita no seu coração, conscientizando-o sobre a possibilidade de pecar, colocando-o à prova, com seu próprio critério de julgamento. O castigo anunciado pela aliança era a morte, não a extinção do ser; uma referência à morte física, espiritual e eterna. Inclui a separação do corpo e da alma e a conseqüente dissolução do corpo. Biblicamente, morte é a separação de Deus, resultando em miséria espiritual e infelicidade, culminando na morte eterna. O homem desobedeceu, porém a sentença não foi completamente executada, porque Deus pela sua graça providenciou a restauração. Quanto ao sinal desta aliança, prevalece a ideia de que provavelmente seria a árvore da vida, tendo em vista estar ligada de algum modo ao dom da vida (BERKHOF, 1992, p. 216, 217).

No conceito reformado calvinista temos dois pontos de vista. Alguns teólogos defendem que a aliança das obras não foi anulada, alegando a continuidade: da obediência do homem a Deus, da maldição do castigo aos que permanecem no pecado e o fato de Deus ter mantido a promessa condicional. Outros reformadores defendem que a aliança das obras foi anulada tendo em vista que as obrigações do homem foram satisfeitas pelo mediador em favor do seu povo e ficou destituída de poderes como um meio para obter a vida eterna, após a queda do homem. O conceito arminiano, apesar de contestações, alega que esta aliança foi

totalmente anulada, pois a promessa foi revogada devido à queda e o homem com a sua natureza pecaminosa era incapaz de cumprir sua parte sem o auxílio da graça de Deus, e finalmente sustenta que Deus estabeleceu uma nova aliança, promulgando uma nova lei, a lei da fé e da obediência, possível de ser cumprida mediante a graça (BERKHOF, 1992, p. 218, 219).

Discute-se a vigência da aliança das obras, pois ela não vigora quanto à ordem específica em não comer da árvore do conhecimento do bem e do mal e também pela natureza pecaminosa do homem impossibilitando-o de cumprir os requisitos da aliança. Observa-se que essa aliança ainda está em vigor quanto à punição, confirmado por Paulo que ensina em Romanos 6.23: “o salário do pecado é a morte”; portanto, o homem continua condenado. Por isso Deus voluntariamente enviou ao mundo seu filho, Jesus Cristo, o último Adão, que assumiu a natureza humana nascendo de uma mulher, sem pecado (I Pe 2.22), fiador e representante da humanidade, obedeceu de maneira perfeita e cumpriu a aliança das obras em favor da humanidade (Rm 5.18,19), mediante o poder do Espírito Santo que concedeu sua plenitude a Cristo (GRUDEM, 1999, p. 427- 429). O filho de Deus se colocou debaixo da lei, pagou a penalidade do pecado na sua morte de cruz, conquistando o perdão e a vida eterna para o seu povo (BERKHOF, 1992, p. 271). Os cristãos foram libertos da aliança das obras, mediante os méritos da obra de Cristo e inclusos em uma nova aliança, a aliança da graça, que, segundo alguns teólogos, teve sua primeira revelação em Gênesis 3.15 no “proto-evangelho” (BERKHOF, 1992, p. 294).

3.2 NOVO TESTAMENTO: ALIANÇA DA GRAÇA

Partindo do entendimento que, ao estabelecer uma aliança ela não pode ser alterada, ou seja, ela é imutável, Deus criou um novo caminho, uma nova aliança, um plano de redenção para salvar a humanidade. O nome dessa nova aliança é definida da seguinte forma por Grudem (1999, p. 430): “Esta aliança é chamada ‘aliança da graça’ porque é inteiramente baseada na ‘graça’ de Deus, que é seu favor imerecido para com aqueles que ele redime”. Na nova aliança, as partes são Deus e o homem pecador, tendo Cristo como mediador e reconciliador. O requisito para participar dessa aliança é primordialmente fé na obra redentora

de Cristo, e acredita-se que a condição para manter-se nela é a obediência aos mandamentos de Deus, considerando que a fé genuína produz obediência, confirmando assim o verdadeiro cristão (I Jo 2.4-6). A promessa de bênçãos é a vida eterna com Deus, conforme registrado em 2 Coríntios 2.16 “...serei o Seu Deus, e eles serão o meu povo” (GRUDEM, 1999, p. 429). Sobre essa promessa na nova aliança, declara Wayne Grudem (1999, p. 429):

Essa benção se cumpre na igreja, que é o povo de Deus, mas encontra seu cumprimento maior no novo céu e nova terra, conforme João os vê em sua visão da era vindoura: ‘Eis o tabernáculo de Deus com os homens. Deus habitará com eles. Eles serão povos de Deus, e Deus mesmo estará com eles’ (Ap 21.3).

A nova aliança possui dois sinais, o primeiro é o batismo no início do relacionamento, o segundo é a ceia do Senhor, o sinal da permanência na aliança. A aliança da graça é eterna em Cristo, que em sua vida revelou Deus plenamente, morreu na cruz, vertendo seu sangue, fazendo expiação pelos pecados da humanidade. Deus o ressuscitou dentre os mortos, e depois de ressurreto esteve com os discípulos, voltou para o Pai e enviou o Espírito Santo para habitar dentro do seu povo, capacitando-o a obedecer e ser ministro dessa nova aliança, escrevendo suas leis no coração do homem (Hb 8.10). Cristo também deixou a promessa que retornará para buscar sua igreja, para viverem em comunhão eterna com Deus (GRUDEM, 1999, p. 430-432).

Essa aliança é caracterizada pela graça, porque Deus permite e provê um fiador, Jesus Cristo, que realiza as obrigações do homem pecador e satisfaz as exigências de justiça Dele e ainda por sua graça, pela operação do Espírito Santo capacita o homem a cumprir as responsabilidades da nova aliança. Entende-se que esta aliança é trinitária, possui a ação do Pai, Filho e Espírito Santo. Origina-se, é executada e concretizada unicamente pela graça de Deus. Ela é eterna e inviolável, pois Deus permanecerá sempre fiel a ela, contudo pode ser rompida pelo homem. É uma aliança particular e não universal, porque ela não se realizará em todos os homens, porém na dispensação neotestamentária defende-se que ela pode ser chamada universal por ser estendida a todas as nações (BERKHOF, 1992, p. 279).

A plenitude da graça de Deus se manifestará na segunda vinda de Cristo, conforme Wayne Grudem (1999, p. 366):

A verdadeira natureza do homem à imagem de Deus também se revelou na vida terrena de Cristo. A plena medida da excelência da nossa humanidade só se verá novamente na terra quando Cristo voltar e tivermos recebido todos os benefícios da salvação que ele conquistou para nós.

O vocábulo “graça” apresenta o sentido de misericórdia e envolve assuntos como perdão, salvação, regeneração, arrependimento e o amor de Deus. Nos evangelhos sinóticos, a graça é relacionada com arrependimento, perdão, salvação e fé. Os escritos de Lucas tratam do assunto dentro do contexto do apelo universal do evangelho, reunindo os termos evangelho e graça. Em suas epístolas Paulo expressa a regeneração, a justificação pela graça e a fé como uma dádiva de Deus. Ele fala sobre a posição do crente sob a graça, como a adoção, a santificação, os dons espirituais, apresentando todo o processo da vida cristã desde a chamada, até a glorificação final. A primeira carta de Pedro salienta graça por meio de eleição e herança. O autor de Hebreus relaciona graça aos sofrimentos de Cristo. Nos escritos Joânicos apresentam a ideia de vida eterna e a expressão “graça e verdade” caracterizam a glória da Palavra encarnada, refletindo misericórdia e verdade (DOUGLAS, 1997, p. 681-683).

4 OS MEIOS DE GRAÇA

A expressão “meios de graça” não se encontra na Bíblia, porém define bem os meios que Deus utiliza para comunicar sua graça aos homens. Segundo Berkhof (1992, p. 609) “Estritamente falando, somente a Palavra e os Sacramentos podem ser considerados como meios de graça”. Contudo, McPherson (1903 *apud* BERKHOF, 1992, p. 609) acrescenta a igreja e a oração, a primeira na verdade administra os meios, mas não é um instrumento de comunicação da graça e a segunda é mais um fruto da graça, como a fé e a conversão. A Palavra e os Sacramentos são considerados instrumentos contínuos da graça especial de Deus que remove o pecado e renova o pecador de acordo com a imagem de Deus; portanto, estão relacionados com a operação inicial e progressiva da graça redentora de Deus, com valor perpetuo. A eficácia da Palavra e administração dos sacramentos foram oficialmente

instituídos na igreja de Cristo e dependem totalmente da operação do Espírito Santo (BERKHOF, 1992, p. 609-610).

No Antigo Testamento, havia dois sacramentos, a circuncisão e a páscoa. A igreja do Novo Testamento afirma que Cristo instituiu dois sacramentos, o batismo e a Ceia do Senhor. Os sacramentos simbolizam bênçãos espirituais (BERKHOF, 1992, p. 625).

4.1 CONCEITOS HISTÓRICOS DOS MEIOS DA GRAÇA

Na igreja primitiva, enfatizavam mais os sacramentos que a Palavra. O batismo era geralmente considerado o meio de regeneração do pecador e a eucaristia um meio da santificação. Posteriormente, desenvolveram-se alguns conceitos (BERKHOF, 1992, p. 611).

Dentro do conceito católico romano consideravam relíquias, imagens, a Palavra e os Sacramentos como meios de graça, enfatizando o último. Gradativamente a igreja de Roma reconhece a igreja como principal e superior meio de graça, defendendo que a salvação estava em Cristo, na igreja e nos sacramentos, tendo em vista que é na igreja que a vida de Cristo continua e por meio dela comunica a plenitude da sua graça. Consideravam os sacramentos como sinais visíveis e a graça um sinal invisível, sendo uma substância dentro dos meios, transmitida pelos meios. Defendiam que a Palavra tinha uma significação preparatória na obra da graça, que o batismo regenera o homem e a eucaristia eleva sua vida espiritual (BERKHOF, 1992, p. 611, 612).

Quanto aos luteranos, devido à Reforma, a ênfase passou dos sacramentos para a Palavra, considerada o meio de graça primordial e suficiente para transformar a vida espiritual do homem. Acreditavam que sem a Palavra os sacramentos nada significavam, sendo somente a Palavra visível. Afirmavam que o batismo dos adultos tinha um efeito conforme a fé do participante (BERKHOF, 1992, p. 632). Concordavam que a graça de Deus era uma substância contida nos meios. Quanto à eucaristia defendiam que o corpo e o sangue de Cristo estão “nos, com os e sob os” elementos do pão e do vinho (BERKHOF, 1992, p. 612).

No conceito místico, os anabatistas negavam que Deus utilizava os meios de graça para distribuir sua graça, sendo ele livre para comunicá-la. Alegavam que os meios são do mundo

natural e não espiritual. Deus age no coração, e tanto a Palavra quanto os sacramentos apenas indicam ou simbolizam essa graça interna. (BERKHOF, 1992, p. 612).

Os racionalistas, seguidores de Socino, reconheciam os ritos do batismo e a Ceia do Senhor como um memorial, uma eficácia moral, entendendo que os meios de graça operam por persuasão moral e não por obra mística do Espírito Santo. Enfatizavam a ação do homem com os meios da graça, e não o que Deus realiza por meio deles. Esse conceito foi aceito pelos arminianos do século XVII e pelos racionalistas do século XVIII (BERKHOF, 1992, p. 612-613).

No pensamento calvinista, as igrejas não consideram os meios de graça absolutamente necessários, pois somente Deus é a causa eficiente da salvação, e que os meios de graça, por si mesmo, não podem conferir graça, mas Deus os utiliza para distribuí-la conforme seus propósitos, de acordo com seu livre arbítrio. Afirmam que a Palavra e os sacramentos são administrados somente dentro de uma igreja visível, e eles pressupõem a existência de uma nova vida na alma. Por outro lado, discordam que esses meios sejam apenas acidentais, indiferentes e negligenciados, tendo em vista que Deus os designou para acionar a sua graça nos corações dos pecadores. Honram a Palavra de Deus, considerando-a superior aos sacramentos (BERKHOF, 1992, p. 610, 613, 614). Pressupõem que o batismo é para os crentes, porém não produz uma nova vida, mas a fortalece (BERKHOF, 1992, p. 632). Quanto a Ceia do Senhor, Calvino negava a presença corporal do Senhor nesse sacramento e insistia na presença real, ainda que espiritual do Senhor, tendo na presença dele uma fonte de poder e eficácia. Salientava a Ceia como uma expressão primordial da dádiva de Deus (BERKHOF, 1992, p. 652).

5 A SUPERIORIDADE DA ALIANÇA DA GRAÇA

Para comprovarmos a superioridade da aliança da graça, faremos algumas comparações. Primeiramente, apontaremos alguns pontos em comum entre a Aliança das obras e a Aliança da graça. Deus é o autor e aquele que estabeleceu ambas as alianças, as partes contratantes são as mesmas: Deus e o homem possuem igualmente uma forma externa

de condição e promessa, elas têm o mesmo conteúdo da promessa que é a vida eterna; e por fim, o objetivo geral nos dois casos é a glória de Deus (BERKHOF, 1992, p. 273). A nova aliança em Cristo cumpre as promessas feitas em Jeremias 31.31: “Eis aí vêm dias, diz o Senhor, em que firmarei nova aliança com a casa de Israel e com a casa de Judá...”, confirmando a excelência do ministério de Jesus, o mediador superior, de uma nova aliança superior, baseada em promessas superiores (GRUDEM, 1999, p. 431,432).

Apresentaremos abaixo um quadro comparativo, com pontos de diferenças da Aliança das Obras com a Aliança da Graça, conforme Louis Berkhof (1992, p. 273):

ALIANÇA DAS OBRAS	ALIANÇA DA GRAÇA
Deus : Criador e Senhor	Redentor e Pai
Motivo : Amor e bondade	Misericórdia e graça especial
Homem : Criatura, correta relação com Deus	Pecador, só pode comparecer como parte, em Cristo, o Fiador
Mediador : Não tem	Jesus Cristo é o Mediador
Dependência : Obediência de um homem mutável	Obediência certa e absoluta de Cristo
Caminho para a vida : Guardar a Lei	Fé em Jesus Cristo
Conhecimento : Parcial por natureza, lei escrita no coração	Exclusivamente pela revelação especial positiva

Autoria: Dulce Mary Amaral de Carvalho

Diante do que foi exposto comparando as duas alianças, entende-se a superioridade da aliança da graça. O próprio Deus como Pai, movido por sua misericórdia e graça especial, estabeleceu uma nova aliança eterna, imutável e inviolável, provendo um fiador, Jesus Cristo, seu filho, que não falhou como Adão, foi obediente até a morte de cruz, justificando legalmente os pecadores perante o Pai. Venceu a morte, o poder do Espírito Santo o ressuscitou, recebendo assim um corpo glorificado (BERKHOF, 1992, p. 278, 279). Como superior mediador cumpriu todas as exigências da aliança, fez expiação dos pecados da humanidade de forma perfeita e definitiva, cumpriu sua missão como suficiente salvador, conquistando todas as bênçãos temporais, espirituais e eternas para os que nele crêem (GRUDEM, 1999, p.432).

A aliança da graça proporciona a salvação para todos os pecadores, estendendo a toda humanidade a possibilidade da reconciliação eterna com Deus, por meio da fé, em Jesus Cristo. Charles Hodge (2001, p. 753) escreve:

E lemos na Confissão de Westminster. 'Tornando-se o homem, por sua queda, incapaz de viver por meio desse pacto [ou seja, por meio do pacto das obras], aprouve ao Senhor fazer um segundo [pacto], comumente chamado o pacto da graça; no qual ele oferece gratuitamente aos pecadores [e a todos os pecadores] vida e salvação por meio de Jesus Cristo, requerendo-lhes fé nele para que possam ser salvos, e prometendo dar a todos quantos são ordenados para a vida o Espírito Santo, para fazê-los aptos e dispostos a crer'.

A salvação desencadeia eventos como: o chamado, que é um ato de Deus Pai, onde pela proclamação humana do evangelho, chama as pessoas para o seu reino e glória (I Ts 2.12), então o próprio Deus inicia uma obra onde instantaneamente transmite para a pessoa uma nova vida espiritual, um novo nascimento, recebendo o Espírito Santo de Deus para habitar no seu interior, gerando no homem fé e arrependimento, sendo justificado por Cristo diante de Deus, recebendo a adoção de filho de Deus, passando então por um processo contínuo de santificação, perseverando como cristão, até chegar à morte física, pois “o salário do pecado é a morte” (Rm 6.23). Conclui-se que o homem foi capacitado pelo poder de Deus a obedecer e cumprir as condições da aliança da graça. O cumprimento pleno dessa nova aliança acontecerá quando Cristo voltar, e ressuscitar os mortos em Cristo, uma vitória completa sobre a morte; que veio como resultado da queda de Adão e Eva. Acontecerá a última etapa da redenção, que é a glorificação (Rm 8.23), um corpo ressuscitado em glória, aperfeiçoado, não sujeito a pecados, fraquezas, doenças, envelhecimento ou morte, revestido de incorruptibilidade e imortalidade, uma nova imagem, semelhante a Cristo. Pronto para viver as promessas da nova e eterna aliança (GRUDEM, 1999, p. 509, 559, 695), na nova Jerusalém que descerá do céu, a habitação eterna do homem com Deus (BERKHOF, 1992, p. 278).

6 O EVANGELHO DA GRAÇA

O Evangelho é a revelação da graça de Deus (BERKHOF, 1992, p. 280). No decorrer dos tempos apresentaram-se várias concepções sobre a graça. Analisando-a na concepção do Protestantismo e Catolicismo, encontram-se confluências quanto às partes contratantes da graça; que são Deus e o homem pecador; na questão sobre a salvação proceder somente de

Deus, e têm em comum a Palavra e os sacramentos; do batismo e da ceia do Senhor (pão e vinho); como meios para Deus acionar sua graça.

Na aliança da graça, o cristão tem liberdade para expressar a fé no filho de Deus. Apresentar uma vida transformada gradativamente, buscando ter um caráter semelhante ao de Cristo. Essa liberdade foi concedida por Deus para ser exercida pelo amor e com amor, não para dar ocasião à carne, não como uma licença para pecar ou mesmo para destruir uns aos outros. A liberdade no evangelho permite aos cristãos viverem e andarem no Espírito, livres da escravidão do pecado e da morte (Rm 8.2). Essa atitude de viver no Espírito provoca lutas contra os apetites da carne, produzindo no cristão, qualidades e atributos de Cristo, expressos na epístola de Paulo aos Gálatas, que destaca o fruto do Espírito; amor, alegria, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fidelidade, mansidão, domínio próprio; proporcionando aos cristãos vitórias diárias sobre as obras da carne, que são as inclinações para o mal, paixões e desejos humanos. Os fracos na fé são fortalecidos pelo Espírito Santo, diariamente sustentados no Senhor e na força do seu poder (Ef 6.10). Um dos meios para receber esse fortalecimento é participar da Ceia do Senhor, relembrando Sua morte, vivendo em santidade e esperança até que Ele volte.

O cristão recebe cobertura espiritual, como a armadura de Deus (Ef 6.11), composta do cinto da verdade, couraça da justiça, calçar os pés com a preparação do evangelho da paz, o escudo da fé, o capacete da salvação e a espada do Espírito, armas eficazes e eficientes de ataque e defesa, contra as ciladas do inimigo, contra as fortalezas do mal.

Deus concede também aos seus filhos dons espirituais (1 Co 12) e ministeriais (Ef 4.11-12) para que possam servir na obra Dele, capacitando-os para serem abençoados e abençoadores do próximo. A diversidade dos dons é concedida por Deus para serem manifestados no corpo de Cristo, que é a Igreja, onde Ele é a cabeça. Esse corpo é formado por vários órgãos, todos necessários, e aqueles que parecem mais fracos e menos dignos devem ser cobertos com amor, apoio, oração e honra. O fruto do Espírito, a armadura de Deus e os dons servem de blindagem para proteger os cristãos e direcioná-los para uma vida de obediência, serviço e perseverança em Cristo.

O evangelho da graça, proporcionado por Deus para libertar a humanidade e promover cooperação entre os membros do corpo de Cristo com igual cuidado, em favor uns dos outros (1 Co 13), tem como cabeça e único legislador Cristo. Porém há os que utilizam do evangelho

para aprisionar pessoas, gerando escravos espirituais. Charles Hodge (2001, p. 936) expressa essa realidade da seguinte forma:

Nos primeiros tempos houve os que quiseram impor sobre os cristãos o jugo da lei judaica. Naturalmente, eles eram obrigados a suportá-lo. Nos séculos seguintes, e paulatinamente, viram-se sob ritos intoleráveis, cerimônias, jejuns, festividades e pretensões sacerdotais, episcopais e papais que oprimem a tão grande porção da cristandade, coisas impostas sobre o povo anulando a autoridade de Cristo como o único cabeça da Igreja. Através de concílios, provinciais e ecumênicos, não só foram escritos credos contrários às Escrituras, mas também foram promulgadas leis para sujeitar a consciência e ordenadas observâncias que Cristo jamais ordenou.

Entende-se que muitos buscaram usurpar a autoridade de Cristo e se corromperam por sentimentos como ganância, inveja, vanglória, cobiça, ambição, além de uma vergonhosa rivalidade que ainda permeia o mundo cristão.

O evangelho, que é Jesus Cristo quem proporciona liberdade para o cristão adorar a Deus em Espírito e em verdade, seguir os caminhos do Senhor Jesus, praticar e proclamar a Palavra de Deus, servindo ao próximo. Jesus inaugurou o reino de Deus e comissionou a Igreja para continuar Sua obra, sustentados pela graça de Deus, até a volta do Senhor Jesus, onde então os salvos reinarão com Ele, participando de seu domínio e glória eternamente (HODGE, 2001, p. 937).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Escrituras afirmam que o homem foi criado a imagem e semelhança de Deus, sendo superior e dominador sobre as outras criaturas inferiores (Gn 1.26), capacitado para viver eternamente (Gn 2. 15-17), posição defendida pela teologia reformada calvinista. Essa imagem original de Deus foi distorcida pelo pecado do homem, que não cumpriu a aliança das obras, condicionada a obediência, na qual após a queda passou a ter uma natureza pecaminosa, ficando sujeito a morte física e espiritual, perdendo a comunhão perfeita com Deus e também alguns aspectos dessa imagem como a moral, a santidade e a justiça.

Deus providenciou a restauração dessa imagem, firmando a nova e eterna aliança da graça, por meio de seu filho, Jesus Cristo. Ele ofereceu sua vida como sacrifício para toda a humanidade, reconciliou o homem com Deus e conquistou todos os benefícios da aliança da graça. Jesus Cristo liberou o Espírito Santo de Deus para habitar nos homens que crêem nele como Senhor e salvador, capacitando-os a cumprir as exigências da aliança da graça.

Os meios de graça de Deus são a Palavra e os sacramentos. A graça de Deus era comunicada no Antigo Testamento por meio da circuncisão e da páscoa. Jesus Cristo, no Novo Testamento instituiu o batismo e a Ceia do Senhor, adotados pela igreja primitiva.

Conclui-se a superioridade da aliança da graça comparando-a com a aliança das obras. Na aliança das obras o homem era uma criatura de Deus, incapaz por si só de obedecer e cumprir as exigências da mesma. Na aliança da graça, o homem tornou-se filho de Deus, tendo como fiador e mediador Jesus Cristo, que cumpriu todas as exigências da nova aliança, fez expiação dos pecados da humanidade, onde os pecadores, pela fé nele, são reconciliados com Deus, recebendo o Espírito de Deus que os capacita a crer e obedecer, aguardando a promessa da ressurreição e de um corpo glorificado, tendo a imagem de Deus restaurada, prontos para uma vida eterna, em uma morada eterna, com o filho e com o Pai.

Por isso, o evangelho da graça proporciona aos cristãos viverem e andarem no Espírito, livres da escravidão do pecado e da morte, dominando apetites carnis e inclinações para o mal. Pela graça de Deus, os cristãos recebem cobertura espiritual e proteção contra os ataques do maligno. São fortalecidos praticando o fruto do Espírito e capacitados por meio dos dons espirituais para proclamarem o evangelho e realizarem as obras do Pai na terra.

Enfim, a autoridade suprema para os que crêem, é Jesus Cristo. Ele é a cabeça, cujo corpo é a Igreja, a noiva que aguarda a sua volta, para viverem eternamente em plena comunhão com Deus.

REFERÊNCIAS

BERKHOF, Louis. *Teologia sistemática*. Tradução de Odayr Olivetti. 2. ed. São Paulo: Luz para o Caminho Publicações, 1992.

BÍBLIA. Português. *Bíblia Shedd*. Tradução de João Ferreira de Almeida. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Vida Nova, 2005.

DOUGLAS, J. D. [Org.]. *O Novo dicionário da Bíblia*. Tradução João Bentes. São Paulo: Vida Nova, 1997.

GRUDEM, Wayne. *Teologia sistemática*. Tradução: Norio Yamakami, Lucy Yamakami, Luiz A.T. Sayão, Eduardo Pereira e Ferreira. São Paulo: Vida Nova, 1999.

HODGE, Charles. *Teologia Sistemática*. Tradução de Valter Martins. São Paulo: Hagnos, 2001.

HORTON, Stanley M. *Teologia sistemática: uma perspectiva pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD, 1996.